

**AgInt no RE no AgInt no AGRADO EM RECURSO ESPECIAL Nº 1.281.934 -
SP (2018/0092786-1)**

RELATORA : MINISTRA MARIA THEREZA DE ASSIS MOURA
AGRAVANTE : ANTONIO SERGIO DOS REIS FILHO
ADVOGADOS : ANTÔNIO CARLOS DE SOUZA - SP088538
FABRÍCIO ASSAD E OUTRO(S) - SP230865
AGRAVADO : BANCO DO BRASIL SA
ADVOGADOS : THAIS LENTZ DA SILVA - SP257161
RAFAEL SGANZERLA DURAND - SP211648
OSCAR TAKETO FUJISHIMA - SP284953
ALEX EDUARDO DE LIMA AMBROSIO - SP238405
ARTHUR MOREIRA DELGADO - SP309993
FERNANDO FERREIRA DA SILVA PARRO - SP253872
THAIS PACHECO SOUZA E OUTRO(S) - SP358836

DESPACHO

Trata-se de recurso extraordinário interposto por ANTONIO SERGIO DOS REIS FILHO, com fundamento no art. 102, inciso III, alínea "a", da Constituição Federal, contra despacho da então Presidente desta Corte, Ministra Laurita Vaz, assim fundamentado (fls. 929/930):

Vistos, etc.

Trata-se de agravo interno interposto em razão do despacho proferido por esta Presidência determinando a devolução dos autos à origem tendo em vista o acordo coletivo homologado pelo Supremo Tribunal Federal, nos autos da Arguição de Descumprimento de Preceito Fundamental (ADPF) n.º 165, Relator o Ministro Ricardo Lewandowski, DJ n.º 45 do dia 09/03/2018.

Conforme já ressaltado, em virtude do referido acordo, a Segunda Seção do Superior Tribunal de Justiça, na sessão do dia 14 de março de 2018, em Questão de Ordem Especial, deliberou sobre os procedimentos a serem adotados nesta Corte Superior, encaminhando, posteriormente, ofício a esta Presidência com a seguinte orientação:

"1 - Os processos novos deste tema serão sustados na distribuição e devolvidos à origem, devendo aguardar o prazo de 24 meses para adesão ou não ao aludido acordo;

[...]." (Ofício STJ. n.º 241/2018-CD2S, datado de 15 de março de 2018).

Essa orientação foi reiterada na sessão do dia 11 de abril de 2018, em que a Segunda Seção deliberou acerca da remessa de todos os feitos relativos aos expurgos inflacionários para a instância de origem, **inclusive naqueles em que tenha havido a interposição de agravo regimental, oposição de embargos de declaração ou petição postulando o prosseguimento da demanda.**

Ressalto, apenas, que o prazo de 24 meses acima citado não se refere à suspensão dos feitos, mas sim ao prazo máximo de adesão ao mencionado acordo. Entretanto, a 2ª Seção, em Questão de Ordem, estabeleceu que os processos atinentes ao referido tema deverão ficar

suspensos na origem até o início do funcionamento da plataforma *on line*, criada com o fim específico de concretizar o pacto firmado na Corte Suprema, quando, então, as partes poderão se manifestar sobre seu interesse na continuidade do feito.

Diante disso, reitero a determinação de DEVOLUÇÃO dos autos à origem.

Foi proferido despacho em relação ao referido recurso extraordinário, considerado manifestamente incabível porque interposto contra despacho de mero expediente proferido, à época, pela Ministra Presidente, determinando o aguardo do prazo de 24 meses para a possível adesão ao acordo homologado pelo Supremo Tribunal Federal.

Inconformado, a parte ainda interpôs agravo interno (fls. 964/968), alegando para tanto que "A ordem do polêmico ministro atenta contra coisa julgada à medida que o acordo por ele homologado, especialmente a cláusula 9.2.C, não previa a suspensão das ações transitadas em julgado, tampouco, a obrigatoriedade de aderir a este vergonhoso acordo" (fl. 965).

Não foram apresentadas contrarrazões (fls. 971).

É o relatório.

Não há nada a prover na espécie.

O despacho da Ministra então Presidente é de mero expediente, sem conteúdo decisório, apenas determinando que se aguarde o prazo de 24 meses acerca de possível adesão a acordo homologado no Supremo Tribunal Federal, sobre a correção monetária dos depósitos de poupança (expurgos inflacionários).

A rigor, trata-se de pronunciamento que, sequer, tem conteúdo jurisdicional, mas eminentemente administrativo, tanto que não houve qualquer pronunciamento sobre o mérito da contenda discutida nos presentes autos.

O despacho objeto do Recurso Extraordinário é apenas uma reafirmação do primeiro, proferido nos seguintes termos (fls. 792/793):

Trata-se de processo que tem origem em controvérsia relativa às diferenças de correção monetária em depósitos de caderneta de poupança decorrentes da implementação dos planos econômicos Cruzado, Bresser, Verão e Collor I e II.

Essa questão foi objeto de acordo coletivo homologado pelo Supremo Tribunal Federal, nos autos da Arguição de Descumprimento de Preceito Fundamental (ADPF) n.º 165, Relator o Ministro Ricardo Lewandowski, DJ n.º 45 do dia 09/03/2018.

Em razão do referido acordo, a Segunda Seção do Superior Tribunal de Justiça, na sessão do dia 14 de março de 2018, em Questão de Ordem Especial, deliberou sobre os procedimentos a serem adotados nesta Corte Superior, encaminhando, posteriormente, ofício a esta Presidência com a seguinte orientação:

"1 - Os processos novos deste tema serão sustados na distribuição e devolvidos à origem, devendo aguardar o prazo de 24 meses para adesão ou não ao aludido acordo;

[...]." (Ofício STJ. n.º 241/2018-CD2S, datado de 15 de março de 2018).

Essa orientação foi reiterada na sessão do dia 11 de abril de 2018, em que a Segunda Seção deliberou acerca da remessa de todos os feitos relativos aos expurgos inflacionários para a instância de origem,

Superior Tribunal de Justiça

DIÁRIO DA JUSTIÇA ELETRÔNICO

Edição nº 2612 - Brasília, Disponibilização: Sexta-feira, 15 de Fevereiro de 2019 Publicação: Segunda-feira, 18 de Fevereiro de 2019

inclusive naqueles em que tenha havido a interposição de agravo regimental, oposição de embargos de declaração ou petição postulando o prosseguimento da demanda.

Diante disso, uma vez que estes autos ainda não foram distribuídos, DETERMINO SUA DEVOLUÇÃO à origem, onde deverá aguardar o prazo de 24 (vinte e quatro) meses para a adesão ou não ao aludido acordo.

O pleito é, portanto, manifestamente incabível.

Fica dispensando o envio de expediente avulso à Vice-Presidência, até o fim do prazo de 24 meses, consoante decidido pela Segunda Seção do Superior Tribunal de Justiça, a contar de 15 de março de 2018.

Cumpra-se.

Publique-se.

Intimem-se.

Brasília, 11 de fevereiro de 2019.

Ministra MARIA THEREZA DE ASSIS MOURA
Vice-Presidente

